



Avaliação do interesse dos alunos do IF Sertão Pernambucano - campus Salgueiro pela alimentação escolar: Uma proposta de educação nutricional

Nataly Roberta Bezerra Santana¹; Marcela Araújo de Miranda Henriques²; Verônica Nicácio Plácido³

¹Nutricionista do IF SERTÃO PERNAMBUCANO, Campus Salgueiro, Especialista em Nutrição Clínica pela FIP. e-mail: nataly.santana@ifsertao-pe.edu.br

² Nutricionista do IF SERTÃO PERNAMBUCANO, Campus Petrolina Zona Rural, Especialista em Nutrição Clínica pelo HC/UFPE. e-mail: marcela.henriques@ifsertao-pe.edu.br

³ Nutricionista, Mestre em Alimentos, Docente no IF SERTÃO PERNAMBUCANO, Campus Petrolina. e-mail: veronica.placido@ifsertao-pe.edu.br

Resumo: Este trabalho avaliou o interesse de alunos beneficiados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar do IF Sertão Pernambucano/campus Salgueiro em usufruir a merenda escolar, de modo a permitir tomadas de ações em educação nutricional, elaboração de cardápios adequados à realidade dos mesmos e consciência em evitar o desperdício. Foi utilizado formulário específico para coleta de informações sobre município onde residem, meios de transporte, duração do percurso entre a casa e o Instituto, renda familiar e interesse em usufruir a merenda escolar. Após análise dos dados foi observado que dos 96 alunos que participaram da pesquisa, 59,4% eram do sexo masculino e 40,6% do sexo feminino. Dentre os municípios, houve predomínio de alunos oriundos de Salgueiro (59,4%), seguidos de Penaforte (14,6%) e Cabrobó (14,6%). Os meios de transporte utilizados para o deslocamento dos alunos entre suas residências e o Instituto foram ônibus (78,1%), carro (9,4%), lotação (7,3%) e moto (5,2%). Quanto a renda familiar, 40,6% dos alunos informaram uma renda de 1 a 5 salários mínimos, 30,2% tinham uma renda de até 1 salário mínimo, 25,0% não souberam informar, 3,1% informaram renda superior a 5 salários mínimos e 1,1% não quiseram informar. Verificou-se ainda que a maioria dos alunos (94,8%) tem interesse em usufruir da merenda escolar por ser mais saudável, sendo que apenas 3,1 % expressaram que não queriam e 2,1% referiram que queriam a merenda “de vez em quando”. A partir destes resultados foi possível realizar algumas ações de educação nutricional, orientando alunos e familiares acerca da importância de uma alimentação saudável. Contudo, observou-se que é necessário haver sempre a preocupação dos profissionais da instituição em analisar a realidade de cada estudante, revendo as políticas de assistência ao estudante, a fim de promover o completo acesso tanto à alimentação de qualidade, como à cidadania e ao desenvolvimento regional.

Palavras-chave: alunos, merenda escolar, questionário investigativo

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (1995), a adolescência é um período da vida que se inicia aos 10 e vai aos 19 anos da vida de um ser humano. É a fase do despertar, de mudanças e reações no corpo e na mente. É nela que a pessoa descobre a sua identidade e define a sua personalidade (ALBANO, 2001).

Diante das mudanças que ocorrem nessa fase uma alimentação saudável na adolescência deve ter como objetivos possibilitar o desenvolvimento máximo das características genéticas (cerebral, óssea, etc); aumentar a capacidade de resposta imunológica para reduzir a susceptibilidade a doenças infecciosas e outras; impedir o aparecimento de doenças metabólicas degenerativas, como diabetes, obesidade, dislipidemia, hipertensão, além de doenças causadas pela preocupação com a estética como bulimia e anorexia, denominadas transtornos alimentares; beneficiar a competência mental, favorecer a atenção e assim melhorar aptidões escolares (ESCOTT-STUMP, 2000).

Implantado em 1955 o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar foi desenvolvido com o objetivo de atender às necessidades nutricionais de alunos da rede pública de ensino, no período que estes estão em sala de aula. O programa conta com a transferência de recursos financeiros e contribui até os dias atuais para um melhor desenvolvimento, crescimento e aprendizado dos alunos da rede escolar básica de ensino. De acordo com a Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 “a



educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, incluindo as modalidades de educação de jovens e adultos.”

O objetivo do PNAE é desenvolver uma alimentação que atenda às necessidades nutricionais dos alunos e promover hábitos alimentares saudáveis. O cardápio da merenda escolar deve ser elaborado e de total responsabilidade do nutricionista (BRASIL, 2009) e a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricionais.

Deve-se também respeitar os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola, histórias de vida e ter preferência por produtos básicos, dando prioridade dentre esses, aos semi-elaborados e aos *in natura*. Segundo a legislação, a alimentação escolar deve estar em conformidade com as necessidades nutricionais e calóricas dos alunos, durante o período letivo, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a faixa etária, o sexo, a atividade física e o estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica (BRASIL, 2009).

O presente trabalho visa à confirmação da necessidade do fornecimento da alimentação escolar no IF Sertão pernambucano – Campus Salgueiro, de modo a planejar tanto os cardápios como ações voltadas para a realidade dos alunos.

2.MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizado um mapeamento para verificação da necessidade de alimentação escolar no IF Sertão Pernambucano/campus Salgueiro, no início de fevereiro de 2012 com os alunos do 1º ano do ensino médio integrado aos cursos técnicos em agropecuária, edificações e informática.

Este mapeamento foi realizado através da aplicação de um formulário específico que requeria o preenchimento de informações sobre município onde reside, meios de transporte, duração do percurso entre a casa e o Instituto, renda familiar, interesse em usufruir da merenda escolar e justificativa. Os alunos foram orientados pelos assistentes de alunos sobre o correto preenchimento do formulário. Após a coleta das informações foi feita a análise percentual dos dados obtidos.

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta de 96 alunos, sendo 59,4% do sexo masculino e 40,6% do sexo feminino. Fato semelhante observado tanto no Campus Petrolina como no Campus Petrolina Zona Rural, onde apresentam um percentual maior de adolescentes do sexo masculino comparado ao feminino.

Na figura 1 é apresentada a distribuição dos alunos segundo o município onde residem. Dentre os municípios, foi verificado que há um predomínio dos alunos oriundos de Salgueiro (59,4%), seguidos de Penaforte (14,6%) e Cabrobó (14,6%), ambos apresentando o mesmo percentual. Tais cidades são próximas a Salgueiro, com Penaforte distando cerca de 30 Km e Cabrobó, 66 km.

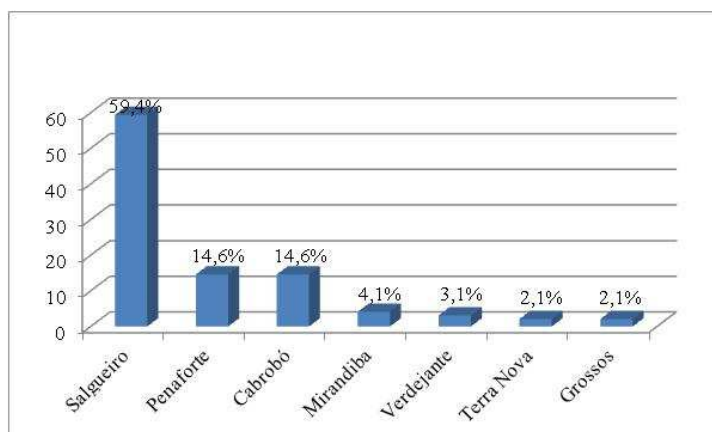


Figura 1 – Distribuição dos alunos segundo município onde residem

Os meios de transporte utilizados para o deslocamento dos alunos entre suas residências e o Instituto foram ônibus (78,1%), carro (9,4%), lotação (7,3%) e moto (5,2%).

Sabe-se que, quando há distância entre o domicílio dos alunos e a escola, os mesmos têm que sair mais cedo de casa. Esse fator, aliado à permanência no Instituto durante todo o dia com o retorno para casa apenas ao final da tarde, leva o aluno a buscar alimentação no local de estudo.

Quanto à renda familiar, 40,6% dos alunos informaram que a renda era de 1 a 5 salários mínimos, 30,2% tinham uma renda de até 1 salário mínimo, 25,0% não souberam informar, 3,1% informaram renda superior a 5 salários mínimos e 1,1% não quiseram informar, conforme mostra a figura 2.

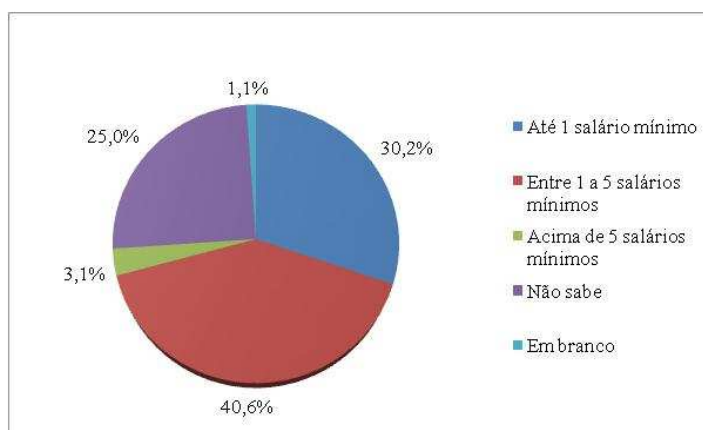


Figura 2 – Distribuição de renda dos alunos do IF-Salgueiro, 2012

Considerando apenas os dados válidos, observados na figura 3, 40,9% dos alunos informaram que a renda familiar era de até 1 salário mínimo, 54,9% tinham uma renda familiar entre 1 e 5 salários mínimos e 4,2% acima de 5 salários mínimos.

Quando se pensa em alimentação, estima-se um custo mensal com tal despesa. Muitos alunos relataram que, antes da implantação da merenda escolar, consumiam pastel (frito) com refrigerante no horário do almoço, por ser uma opção “barata”. O preço de uma refeição tipo almoço, não pode ser comparado a um lanche e, a maioria não tem como pagar tal refeição diariamente.

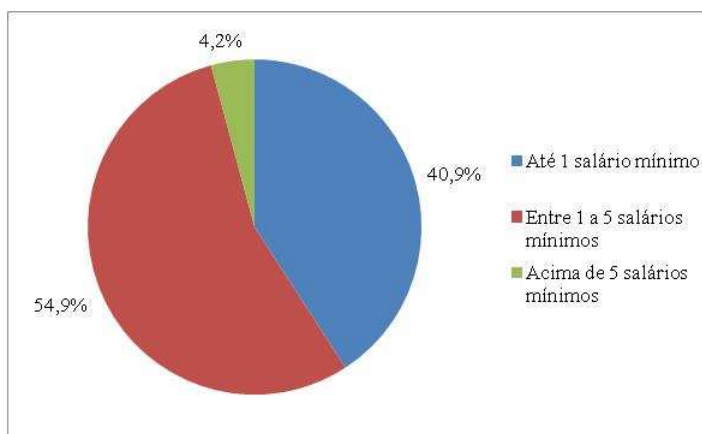


Figura 3 – Distribuição (dados válidos) de renda dos alunos do IF-Salgueiro, 2012

Na tabela 1 é verificado que a maioria dos alunos (94,8%) tem interesse em usufruir da merenda escolar, sendo que apenas 3,1% expressaram que não queriam e 2,1% dos alunos referiram que queriam a merenda “de vez em quando”. Dos alunos que não quiseram, 02 não souberam informar a renda e 01 informou uma renda familiar de 4 salários mínimos. Todos residem no município de



Salgueiro. Já os estudantes que relataram interesse ocasional, informaram renda mensal de 2 salários mínimos e ambos residem em Penaforte.

Tabela 1 – Interesse pela merenda escolar do IF-Salgueiro, 2012

Interesse	N	Percentual
Sim	91	94,8%
Não	3	3,1%
Às vezes	2	2,1%

Mais de 95% dos alunos preferem a alimentação oferecida pelo instituto por ser mais saudável e de boa qualidade e alguns justificaram o interesse em usufruir da alimentação escolar por sentirem fome, já que saem muito cedo de seus lares não dando tempo realizarem a primeira refeição do dia. Já os alunos que relataram não terem interesse na alimentação escolar justificaram não gostarem da “comida” e outros registraram não terem nenhuma justificativa.

Assim, observa-se que há na maioria dos jovens do presente estudo uma preocupação e interesse em ter uma alimentação equilibrada e saudável, uma vez que, a alimentação escolar oferecida nas instituições de ensino tem como uma de suas diretrizes o emprego de uma alimentação saudável e adequada, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis.

Contudo, este trabalho serviu como subsídio para uma proposta de educação nutricional, em que a nutricionista, através de palestras ou conversas informais, orienta os estudantes sobre hábitos alimentares saudáveis, sobre o valor nutricional das refeições servidas, além de explicar a importância de uma alimentação balanceada para o crescimento e desenvolvimento dos jovens. Os pais e/ou responsáveis dos alunos também foram esclarecidos sobre a importância de seus filhos adotarem uma alimentação saudável tanto na escola como em casa e para tal foi utilizado um espaço na reunião de pais e mestres.

4. CONCLUSÃO

Faz-se necessário pensar os cardápios e as políticas de assistência aos estudantes baseado nos dados obtidos, de modo a corrigir distorções e promover o completo acesso tanto à alimentação de qualidade, como à cidadania e ao desenvolvimento regional.

O aprofundamento de estudos dessa natureza poderia se dar a partir de entrevistas com os pais e/ou responsáveis pelos alunos, objetivando identificar melhor os motivos do não interesse, de alguns alunos, em usufruir à alimentação escolar, elaborando também juntamente com a comunidade escolar novas estratégias com vistas à consolidar práticas alimentares saudáveis através de programas de educação nutricional.

AGRADECIMENTOS

Aos assistentes de alunos do IF Sertão Pernambucano/Campus Salgueiro pela contribuição na realização deste estudo.

À bibliotecária, Rousianne Virgulino, do IF Sertão Pernambucano/Campus Salgueiro pelo auxílio nas referências bibliográficas.

REFERÊNCIAS

ALBANO, R. D.; SOUZA, S. B. Estado nutricional de adolescentes: "risco de sobrepeso" e "sobrepeso" em uma escola pública do Município de São Paulo. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, Aug. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2001000400028. Acesso em 04 ago. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE n° 38, de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de



Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 jul. 2009. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>. Acesso em: 04 ago. 2011.

II CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2004.

Disponível em:

<https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:9f31MJShzGMJ:www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/publiucacoes-arquivos/principios-e-diretrizes-de-uma-politica-de-san+&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESh4WQ5GD-0vXFNDQr42hMn2mWFsV7b87uPoHgGrCV3B0eqOLVUIKE95NRA7x9euwv7gI0jb5Avck4YOR8Fgwmy1rpgrUe971Sd3EdWb9021IvdZX5Y46y3RZ1q46SQcZU3xIV0o&sig=AHIEtbRAflmBmwcInKclv6tRB-payFjzaQ>. Acesso em: 12 jan. 2011.

ESCOTT-STUMP, S.; MAHAN, L. K. **Krause: Alimentos Nutrição e Dietoterapia**. 7 ed. São Paulo: Rocca, 2000.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Alimentação escolar**.

Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>. Acesso em: 15 dez. 2010.

OMS (Organización Mundial de la Salud), 1995. **La Salud de los Jóvenes: Un Reto y una Esperanza**. Geneva: OMS.